

Estudantes com dislexia no ensino superior e a atuação do núcleo de acessibilidade da UFRN

Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal, RN - Brasil.

Pedagoga da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - RN - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1652726901829406>

E-mail: elaininhac@hotmail.com

Cíntia Alves Salgado Azoni

Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas, SP - Brasil.

Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - SP - Brasil. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal, RN - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4935645902363577>

E-mail: cintiasalgadoazoini@gmail.com

Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo

Pós-Doutorado pela Universidade do Algarve (UALG) - Portugal. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal, RN - Brasil. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - RN - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6848746516562543>

E-mail: ricardolins67@gmail.com

Submetido em: 15/07/2017. Aprovado em: 30/10/2017. Publicado em: 02/03/2018.

RESUMO

O artigo tem como objetivo relatar a experiência do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN no atendimento a estudantes com dislexia. O estudo adota abordagem qualitativa de cunho exploratório e documental com base em normativas institucionais e registros pedagógicos dos estudantes com NEE cadastrados no Núcleo de Acessibilidade, no período de janeiro a abril de 2016. A análise do corpus documental aponta para avanços no âmbito da política de inclusão da instituição voltada para esse público. No entanto, revela a invisibilidade do estudante com dislexia a partir da escassez de estudos e da subnotificação destes na instituição de ensino superior. As dificuldades no conhecimento e reconhecimento da dislexia no âmbito clínico e educacional acabam gerando procura incipiente pelo diagnóstico e, conseqüentemente, ao ingressar na universidade, o estudante não encontra estratégias que poderiam beneficiá-lo em seu processo de aprendizagem. Assim, os núcleos de acessibilidade têm papel fundamental no trabalho de conscientização e aplicabilidade da política de inclusão na dislexia.

Palavras-chave: Universidade. Transtorno específico de leitura. Inclusão. Núcleo de Acessibilidade.

Students with dyslexia in higher education and the accessibility core of UFRN proceeding

ABSTRACT

This article aims to report the accessibility of core experience of the Federal University of Rio Grande do Norte / UFRN in serving students with dyslexia. The study adopts a qualitative approach and exploratory nature documentary based on institutional regulations and educational records of students with SEN registered in the Accessibility Center, from January to April 2016. The analysis of the documentary corpus points to advances under the policy inclusion of this institution devoted to public. However, reveals the invisibility of the student with dyslexia from the lack of studies and the underreporting of these in the higher education institution. Difficulties in understanding and recognition of dyslexia in clinical and educational context ends up generating an incipient demand for diagnosis and, consequently, to enter the university, the student does not find strategies that could benefit them in their learning process. Thus, accessibility nuclei have key role in awareness work and applicability of inclusion policy in dyslexia.

Keywords: *University. Specific Reading Disorder. Inclusion. Accessibility Center.*

Estudiantes con dislexia en la educación superior y el papel de la accesibilidad del núcleo UFRN

RESUMEN

Este artículo tiene por objeto informar de la accesibilidad de la experiencia central de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte / UFRN en el servicio a los estudiantes con dislexia. El estudio adopta un enfoque cualitativo y exploratorio documental sobre la naturaleza basado en los reglamentos institucionales y los registros educativos de los alumnos con NEE registrados en el Centro de Accesibilidad, de enero a abril de 2016. El análisis de los puntos corpus documental a los avances marco de la política la inclusión de esta institución dedicada al público. Sin embargo, pone de manifiesto la invisibilidad del estudiante con dislexia a la falta de estudios y el subregistro de estos en la institución de educación superior. Las dificultades en la comprensión y el reconocimiento de la dislexia en el contexto clínico y educativo termina generando una demanda incipiente para el diagnóstico y, en consecuencia, para entrar en la universidad, el estudiante no encuentra las estrategias que podrían beneficiarse en su proceso de aprendizaje. Por lo tanto, los núcleos de accesibilidad tienen papel clave en el trabajo de sensibilización y la aplicabilidad de la política de inclusión en la dislexia.

Palabras clave: *Universidad. Transtorno específico de lectura. Inclusión. Núcleo de Accesibilidad.*

INTRODUÇÃO

O transtorno específico da aprendizagem é uma disfunção no sistema nervoso central, com falha no processo da aquisição e desenvolvimento da leitura, escrita e raciocínio matemático (CIASCA, *et al.*, 2015). O manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, na sua última versão, define-o como um transtorno do neurodesenvolvimento, de origem biológica, que inclui a interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade cerebral para perceber e processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão (APA, 2014).

No caso do transtorno específico de leitura, também conhecido como dislexia, alguns critérios devem ser considerados, tais como: prejuízos na precisão, velocidade ou fluência da leitura e compreensão que podem variar em grau de gravidade do estado atual do indivíduo que não são compatíveis com a idade cronológica, oportunidades educacionais e capacidade intelectual. A avaliação deve ser pautada em múltiplas fontes de informação, considerando o indivíduo, sua cultura e o uso de instrumentos reconhecidos e padronizados de leitura e habilidades relacionadas (APA, 2014).

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a dislexia é caracterizada por uma dificuldade específica em compreender palavras escritas, excluindo-se déficits intelectuais e sensoriais, auditivos ou visuais. Também é relevante considerar que, por se tratar de um transtorno do neurodesenvolvimento, a dislexia acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, mesmo que ele crie estratégias para superá-la (SHAYWITZ *et al.*, 1999).

Ainda sobre os indivíduos com dislexia na vida adulta, eles permanecem com erros de ortografia, leitura lentificada em palavras isoladas e textos sob esforço e dificuldades em pronunciar palavras polissílabas (APA, 2014). É importante destacar que têm sido crescentes os relatos da literatura a respeito de episódios de ansiedade, com queixas somáticas como comorbidades associadas ao quadro, tanto em crianças como em adultos (MANGAS & SANCHAS, 2010; APA, 2014).

Logo, no tocante à dislexia, pessoas com transtornos específicos da aprendizagem, mesmo com nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual preservada, mostram dificuldades persistentes em habilidades acadêmicas, que impactam no uso adequado e na relação entre os grafemas e os fonemas, dificuldade para a decodificação de palavras isoladas, compreensão da leitura, expressão escrita e ortográfica, raciocínio lógico-matemático e aritmético (MEDEIROS, 2017).

De fato, no Brasil, esse problema é comum e a sua existência se deve também à carência de discussões acerca dos transtornos específicos da aprendizagem, especificamente sobre a dislexia, que ainda carece de ampliação e aprofundamento. Prova disso é a escassez de publicações científicas sobre adultos com dislexia, especialmente na área da educação.

Entretanto, com a ampliação do acesso ao ensino superior, as instituições passaram a ter maior número de matriculados com dificuldades para compreender os objetivos esperados, bem como para desenvolver as habilidades requeridas pelos docentes em decorrência da inabilidade com a leitura (PERES; BALEN, 2013).

Nessa fase da escolaridade os estudantes com dislexia costumam manifestar lentidão e maior esforço durante a realização da leitura e, com isso, maior necessidade de releitura, visto que não automatizam plenamente as operações relacionadas ao reconhecimento de palavras. É comum também que eles evitem realizar atividades que envolvam leituras, mesmo que elas sejam para o lazer, e que apresentem dificuldades tanto na pronúncia quanto na escrita de palavras polissílabas, de pouco uso ou que não fazem parte do seu vocabulário usual, e ainda inabilidade para fazer inferências a partir de textos escritos (MOOJEN, *et al.*, 2016). Acerca disso:

Os estudantes com dislexia sentem também maiores dificuldades na aquisição de competências de estudo. A este respeito, as características mais salientes serão: a dificuldade em tirar apontamentos, escrever trabalhos, fazer revisões para momentos de avaliação ou compreender grandes quantidades de texto complexo (ALVES *et al.* 2010, p. 5).

Com isso, a permanência do estudante com dislexia na universidade se dá de maneira mais ou menos dificultosa, a depender do nível de compreensão acerca da sua condição e das estratégias de enfrentamento adotadas como mecanismos compensatórios, a exemplo do apoio no contexto e na memória mais do que em estratégias analíticas para ajudar na identificação de palavras (MOOJEN, *et al.*, 2016; PERES; BALEN, 2013).

Diante dessa realidade, o estudante com dislexia demanda suportes educacionais que o ajudem a superar as barreiras provocadas pelas dificuldades de aprendizagem e, portanto o insucesso acadêmico. No entanto, essa perspectiva vai de encontro ao que propõe a Política de Educação Inclusiva em nosso país, uma vez que ela não contempla os estudantes com transtornos da aprendizagem como pertencentes ao público-alvo sob sua responsabilidade (BRASIL, 2008).

Em resposta à legislação brasileira vigente, à luz dos princípios da educação inclusiva, as universidades têm se preocupado em estruturar em seus contextos os núcleos de acessibilidade, entendidos como:

Espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área (BRASIL, 2008b, p 39).

Cabe destacar que o público-alvo definido para atendimento pela de *Política Nacional Educação Especial na Perspectiva Inclusiva* (BRASIL, 2008) é constituído por estudantes com deficiência, altas habilidade/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento.

Diante desse direcionamento político, os estudantes com transtornos específicos da aprendizagem, em particular aqueles com dislexia, ficam à margem do apoio e acompanhamento especializado oferecidos pelos núcleos de acessibilidade e suas equipe técnico-educacionais.

Ante tal constatação e a escassez de produção científica em torno da dislexia no ensino superior, como mencionado anteriormente, o presente

artigo tem como objetivo relatar a experiência do Núcleo de Acessibilidade da UFRN no atendimento a esse público, visando ampliar as discussões e conhecimentos em torno da temática em questão.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UFRN: POLÍTICA E AÇÕES EM PROCESSO

A história de criação do Núcleo de Acessibilidade da UFRN e, portanto, da inclusão de estudantes com deficiência em seu contexto, faz parte da trajetória de estudos e pesquisas iniciados na década de 90, por meio da Base de Pesquisa sobre Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), vinculada ao atual Centro de Educação. Na época, as discussões acerca da temática ainda aconteciam timidamente, tendo em vista o foco estar mais direcionado para investigações na educação básica (MELO, 2009).

A caminhada em busca do aprofundamento dessas discussões se fortaleceu no ano 2000, com o ingresso de dois estudantes com deficiência visual (um cego e outro com baixa visão).

A chegada desses estudantes alavancou a discussão dessa temática de forma mais efetiva na UFRN. No entanto, somente a partir de 2005, com a implementação do Programa Incluir, em cumprimento ao disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, essa discussão se massifica institucionalmente pelos alcances dos projetos institucionais aprovados, sendo a concretização do programa um dos fatores decisivos para os novos rumos da inclusão da pessoa com deficiência e outras NEE na UFRN (BRASIL, 2004; 2005; MELO, 2006; 2008; 2010; 2015).

No processo de construção coletiva por uma política de inclusão institucional, em 2010, é aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010-2019) e criado o Núcleo de Acessibilidade da UFRN, por meio da Portaria nº 203/2010-R, denominado Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial (Caene) (UFRN, 2010a; 2010b).

Com isso, a UFRN passa a ter em seu PDI (2010-2019) diretrizes para a política de inclusão institucional, as quais visam:

Eliminar toda e qualquer forma de barreira (seja ela pedagógica, ambiental, atitudinal, comunicacional, entre outras) [...] em prol da criação de uma cultura de respeito à diversidade, garantindo as condições de acessibilidade, de tecnologias apropriadas e de recursos humanos qualificados, de tal forma que possibilitem a construção de um modelo de política educacional inclusiva que atenda às NEE dos estudantes que demandarem por apoios específicos em sua formação acadêmica (UFRN, 2010a, p. 70).

Com base nessa diretriz, um conjunto de normativas institucionais despontou na UFRN à luz do marco legal brasileiro vigente em prol dos direitos dos estudantes com NEE nos diversos espaços e atividades acadêmicas e sociais nesse nível de ensino (UFRN, 2010b, 2010c; 2013; 2014a; 2014b).

Dentre essas normativas destacam-se, entre outras, a Resolução nº 193/2010- Consepe, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com NEE na UFRN, a qual em seu art. 1º enfatiza que, para os efeitos desta resolução, entende-se por estudante com NEE aquele com:

- I - deficiência nas áreas: auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla;
- II - transtornos globais do desenvolvimento;
- III - altas habilidades/superdotação;
- IV - transtornos específicos (UFRN, 2010c, p.13).

Assim como a Resolução nº 171/2013 – Consepe, que trata do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN, que em seu art. 335 assegura:

- I – atendimento educacional condizente com suas NEE;
- II – mediadores para a compreensão da escrita e da fala nas atividades acadêmicas;
- III – adaptação do material pedagógico e dos equipamentos;
- IV – metodologia de ensino adaptada;
- V – formas adaptadas de avaliação do rendimento acadêmico e de correção dos instrumentos de avaliação, de acordo com a NEE;

VI – tempo adicional de 50% (cinquenta por cento) para a realização das atividades de avaliação que tem duração limitada, conforme a NEE apresentada;

VII – possibilidade de solicitação de mudança de curso, em área afim, em caso de aquisição de deficiência permanente após o ingresso na universidade que inviabilize sua permanência no curso de origem, a ser analisada pela Câmara de Graduação após parecer favorável da CAENE (UFRN, 2013, p. 151).

É importante destacar que a Resolução 193/2010 - Consepe, ao incluir os transtornos específicos da aprendizagem em seu público de atendimento, rompe com a ideia limitada do público-alvo determinado pela atual *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva* (BRASIL, 2008) possibilitando, ao estudante com dislexia, apoio e a garantia da oferta de recursos e estratégias educacionais que demandam suas necessidades específicas (UFRN, 2010c).

Alinhada com a política de inclusão institucional, o Núcleo de Acessibilidade – Caene tem como objetivo principal propor ações para eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e pedagógicas, visando garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso com sucesso de estudantes com NEE, além de contribuir para o desenvolvimento, acompanhamento e fortalecimento da referida política na UFRN.

A Caene atualmente é formada por equipe interdisciplinar, composta por docentes ocupantes da função de gestão, técnico-administrativos em educação (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e assistente em administração), intérpretes de Libras, revisor braille e bolsistas de apoio-técnico.

Além do trabalho desenvolvido pela sua equipe, a Caene realiza ações em parceria com setores da instituição, como a BCZM, por meio do Laboratório de Acessibilidade (LA); a Secretaria de Educação a Distância (SEDIS), através do Setor de Acessibilidade; a Escola de Música, por intermédio do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN), entre outros, a fim de dar suporte à promoção da acessibilidade e à participação ativa dos estudantes com NEE nas atividades realizadas na universidade.

O trabalho realizado junto à comunidade, e especificamente aos estudantes com NEE, consiste no desenvolvimento de ações e estratégias que contemplam: acolhimento, triagem, orientações e acompanhamento educacional, produção de material acadêmico em formato acessível, treinamento para uso de tecnologias assistivas, empréstimo de recursos, materiais e equipamentos, orientação e mobilidade para estudantes com deficiência visual, serviço de revisão Braille e tradução e interpretação de Libras, orientação a gestores, coordenadores, assessores e orientadores acadêmicos, formação continuada aos docentes e encaminhamentos a outros setores da instituição.

METODOLOGIA

Este estudo é recorte de pesquisa mais ampla sobre dislexia no ensino superior, desenvolvida nos anos de 2015 e 2016, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN com o Parecer de nº 1.251.375.

Para atender ao objetivo do presente estudo, adotou-se abordagem qualitativa de cunho exploratório e documental (GIL, 1999). As informações foram coletadas dos registros pedagógicos dos estudantes com dislexia cadastrados no Núcleo de Acessibilidade/Caene da UFRN, no período de janeiro a abril de 2016. Além disso, as normativas institucionais como o PDI (2010-2019), a Resolução 193/2010-R e a Resolução nº 171/2013 – Consepe (UFRN, 2010a; 2010c; 2013) também fizeram parte do corpus de análise. Os resultados apresentados são sustentados e discutidos com base nos documentos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em nosso objetivo, os resultados foram descritos considerando dois eixos temáticos: política de inclusão para estudantes com NEE na UFRN e estudantes com dislexia e a atuação do Núcleo de Acessibilidade na UFRN.

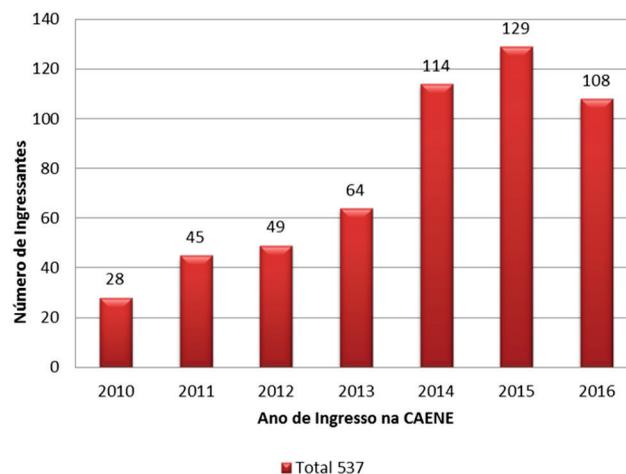
POLÍTICA DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES COM NEE NA UFRN

A análise do conjunto dos documentos nos leva a constatar que a UFRN tem se empenhado em defender uma política de inclusão não só em atendimento aos dispositivos legais, mas por considerar a inclusão como uma de suas políticas estruturantes. Como resultado, tem-se observado desde a criação da Caene, em 2010, número crescente de solicitações de apoio por parte de estudantes com NEE que ingressam na instituição (gráfico 1).

Os estudantes apresentam os mais diversos tipos de NEE, desde aquelas causadas por deficiências, até as advindas de transtornos específicos da aprendizagem, como a dislexia.

A existência dessa diversidade tem provocado desdobramentos em diferentes espaços da UFRN, na busca pela melhoria dos serviços e infraestrutura que promovam a acessibilidade em todas as dimensões de modo a assegurar a igualdade de oportunidades a todos que demandam NEE, independentemente de ser público-alvo da educação especial.

Gráfico 1 – Ano de ingresso de estudantes com NEE na Caene (2010 a 2016)



Fonte: UFRN, 2016.

No que tange à dislexia, a UFRN tem inserido nos programas de formação continuada junto aos docentes, por meio da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e da própria Caene, palestras que abordem o assunto levando informações que contribuam para identificação e intervenção, por meio de estratégias pedagógicas que auxiliem esses estudantes a superar suas dificuldades acadêmicas.

Outro meio para ampliação das discussões e difusão de conhecimento na UFRN sobre NEE no ensino superior tem sido a publicação de produções científicas de autoria de profissionais da própria instituição com expertise na área (MELO, 2013; MEDEIROS; SALGADO-AZONI; MELO, 2016; MEDEIROS, 2016).

Apesar do reconhecimento por parte da gestão da necessidade de promover debates e capacitações sobre NEE nas atividades formativas dos docentes, essa não tem sido uma tarefa fácil, pois na prática nem todos os professores se disponibilizam a participar do processo formativo, apesar de admitirem a importância do processo, como identificado por Martins (2016), em sua pesquisa na UFRN.

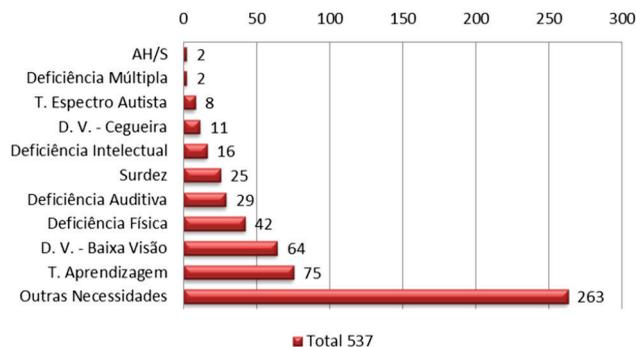
Os estudantes com dislexia da UFRN também têm se beneficiado com material informacional e pedagógico digitalizado ou no formato mp3 adaptado pelo Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede, quando solicitado.

ESTUDANTES COM DISLEXIA NA UFRN E A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

Ao analisarmos os tipos de NEE presentes no gráfico 2, constatamos que a Caene atende, além dos estudantes com deficiência, altas habilidades e TGD, como prevê a política de inclusão educacional, estudantes com diferentes necessidades específicas que geram dificuldades de cunho educacional, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem e rendimento acadêmico, a exemplo daqueles que apresentam transtornos específicos da aprendizagem, como dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia e estudantes com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA/H).

Grande parcela de atendimentos é voltada aos estudantes cadastrados que declaram outras condições (263) que ocasionam NEE, como casos de doenças crônicas, esclerose múltipla e de saúde mental, como a depressão, fobia social, esquizofrenia e o transtorno de pânico.

Gráfico 2 – Tipo de NEE dos estudantes acompanhados pela CAENE



Fonte: UFRN, 2016.

Nota-se, no gráfico 2, que os transtornos específicos de aprendizagem estão entre os quadros mais prevalentes quando separamos as condições por tipo de NEE. No entanto, autores destacam que a prevalência entre 7 e 16 % pode variar pelo fato de haver dificuldades e diferenças nos critérios diagnósticos utilizados (PETERSON & PENNINGTON, 2015), o que pode estar relacionado ao número ainda incipiente e de difícil acesso deste diagnóstico no meio universitário. Assim, cabe aos profissionais da saúde e educação a reflexão a respeito de quais fatores contribuem para a subnotificação desses indivíduos no ensino superior. Dentre esses fatores podemos elencar, entre outros: o desconhecimento do problema; o preconceito advindo da própria condição; o não reconhecimento da condição vivida; a falta de iniciativa e o difícil acesso ao diagnóstico contribuem para a baixa procura pelo serviço de apoio institucional. O último, fundamental para garantia dos direitos do atendimento diferenciado nos processos seletivos, a exemplo do que ocorre nos exames do Enem.

Tal fato corrobora os achados deste estudo, visto que dos 537 estudantes com NEE no ano de 2016 registrados na Caene, 75 deles tinham histórico

de transtornos específicos da aprendizagem em suas solicitações de apoio, e destes, apenas 5 com diagnóstico fechado de dislexia aceitaram participar do estudo, o que corresponde a 1% dos estudantes que procuram o serviço. Os dados levam à reflexão acerca do provável número total de estudantes da UFRN que podem vir a ter esse transtorno. Traçando um paralelo entre a porcentagem de pessoas com dislexia em nossa sociedade, de 5% a 10% da população, e o número total de 37.000 matriculados na UFRN, no ano de 2016, concluímos que o número de 5 estudantes com dislexia pode não refletir com fidedignidade o panorama desse tipo de transtorno em nossa instituição (em tese esse número deveria ser ao menos de 1.850 estudantes).

Outro aspecto interessante se refere ao tipo de curso que esses estudantes são mais propensos a frequentar. É possível verificar na tabela 1 que há diferentes condições em termos de habilidades em áreas de humanas, exatas e saúde. Isto quer dizer que esses estudantes têm potencial intelectual e habilidades cognitivas que podem ser exploradas e aprimoradas no ensino superior, independentemente da área de atuação.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa segundo idade, gênero e curso matriculado na UFRN.

Participante	Idade	Gênero	Curso
João	46	M	Engenharia Mecânica
Laura	30	F	Doutorado em Educação
Paulo	26	M	Fonoaudiologia
José	24	M	Ciências e Tecnologia
Marcos	22	M	Educação Física

Fonte: dados da pesquisa

Durante o estudo foi observado maior número de participantes do gênero masculino (tabela 1). A constatação comprova o que a literatura vem apontando quanto ao fato de que a prevalência geral de dislexia é superior em indivíduos do gênero masculino (PENNINGTON, 1997; CAPELLINI *et al.*, 2007; PRADO, *et al.*, 2012). A idade variou entre 22 e 46 anos, dos quais apenas uma estudante cursava pós-graduação.

A análise dos registros dos estudantes com dislexia participantes da pesquisa aponta para importante fato sinalizado em relação à presença do Núcleo de Acessibilidade. Após o ingresso na UFRN, passaram a ter o atendimento educacional especializado oferecido pelo núcleo e, com isso, a receber apoio e a vislumbrar maiores possibilidades para avançarem e concluírem suas formações.

Tendo conhecimento de todas as consequências vivenciadas pelos estudantes com dislexia, constatamos que o sucesso acadêmico não é atingido somente com acompanhamentos clínicos. O processo de acompanhamento educacional ao longo do seu processo formativo tem papel essencial para que o estudante compreenda como prosseguir, quais estratégias podem contribuir para o desenvolvimento de atitudes que favoreçam a aquisição do conhecimento, os bons relacionamentos interpessoais e a vida no meio social e acadêmico. O ambiente tem forte influência no sucesso acadêmico dos estudantes, inclusive no seu desenvolvimento social e emocional, portanto, mesmo não sendo a causa da dislexia, é preciso se atentar para esse forte aspecto a ser considerado durante o processo educacional do aluno (CARVALHAIS; SILVA, 2007).

A permanência com qualidade e a conclusão dos cursos escolhidos têm sido os maiores objetivos da Caene. Com isso, a sua atuação direta em prestar o suporte educacional vem auxiliando os estudantes com dislexia a desenvolver estratégias para diminuir as dificuldades enfrentadas e demonstrando resultados positivos na melhoria do desempenho acadêmico dos seus estudantes.

Nesse sentido, o lugar do assessoramento educacional realizado pela equipe educacional na Caene é o de orientador dos docentes e todos aqueles que estão em contato direto com o estudante com dislexia para que ele possa se concentrar na aquisição dos conhecimentos específicos da sua área, essenciais para a prática satisfatória da sua futura profissão. Acima de tudo é o de auxiliar esse estudante no desenvolvimento de atividades que colaborem para o desenvolvimento de habilidades de fluência e precisão da leitura, ortografia e compreensão leitora.

O contato direto com os estudantes para nortear a apropriação de estratégias que o ajudem a avançar serve também para a indicação e coordenação quanto à aplicação de estratégias de aprendizagem.

É importante enfatizar a necessidade da atuação interdisciplinar para o atendimento aos estudantes com NEE, particularmente para aqueles com dislexia. As redes de apoio intra e interinstitucional são fundamentais para o diagnóstico e intervenção e imprescindíveis para que o acompanhamento educacional se dê de forma adequada e com qualidade. Daí a importância das articulações realizadas pelo Núcleo de Acessibilidade para firmar parcerias em prol do sucesso acadêmico e social desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa documental com base na legislação nacional e institucional, bem como da análise dos registros pedagógicos, tornou-se possível constatar que atualmente o Brasil passa por grande dilema quando nos referimos à garantia do acompanhamento educacional especializado aos estudantes com dislexia.

No âmbito da UFRN, por meio da Resolução nº193/2010 - Consepe, esses estudantes passaram a ser contemplados com as mesmas garantias conferidas ao público-alvo da educação especial, visto que a partir das prerrogativas existentes no PDI entende-se que as mudanças atitudinais, principalmente da comunidade acadêmica, são basilares para a concretização da inclusão.

As concepções difundidas institucionalmente quanto à importância da oferta de serviços no âmbito universitário, especialmente através do Núcleo de Acessibilidade e do acompanhamento educacional realizado pela equipe interdisciplinar, contribuem para o sucesso dos estudantes com dislexia na universidade, pois a partir delas esse público passa a ter subsídios para o uso de estratégias para atender às inúmeras e complexas demandas advindas da sua condição.

Durante a nossa investigação, constatamos que o estabelecimento da comunicação entre os profissionais para estabelecer uma rede de apoio a ser ofertada aos estudantes com dislexia é fundamental, a fim de que sejam traçados procedimentos favoráveis ao desenvolvimento acadêmico a partir das necessidades específicas apresentadas por eles.

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciaram a importância das discussões acerca da dislexia no contexto da educação e especificamente do ensino superior. Tal constatação ratifica a relevância deste estudo e reforça a ideia de que a dislexia ainda é um transtorno da aprendizagem pouco conhecido e divulgado em nossa comunidade acadêmica, e ainda insuficientemente reconhecido e debatido como um dos causadores do insucesso escolar.

Diante do exposto, compreendemos que o ingresso de estudantes com dislexia no ensino superior requer reflexões quanto a ações e ao aprofundamento sobre a temática em meio às discussões da educação, quando esta se coloca como inclusiva, uma vez que a universidade se depara com o desafio de oferecer uma formação de qualidade, de modo a oportunizar a todos os seus estudantes o ingresso, a permanência e a conclusão dos seus cursos sob uma perspectiva igualitária, justa e inclusiva. Para isso, se faz necessária a atuação dos núcleos de acessibilidade de maneira efetiva, atuando diretamente no acompanhamento dos estudantes, bem como nos processos formativos do corpo docente, das orientações à comunidade acadêmica como um todo, incluindo-se os demais estudantes, a fim de se alcançarem as mudanças de paradigmas e de práticas educacionais visando respeito às diferenças, especificidades e necessidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. et al. *Dislexia em estudantes do ensino superior: alguns dados da intervenção no Instituto Politécnico de Leiria*. Portugal. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1771/1/Dislexia%20em%20Estudantes%20do%20Ensino%20Superior%20dados%20da%20interven%C3%A7%C3%A3o%20no%20IPL_%20Almeria.pdf> Acesso em: 18 mar. 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. APA. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- _____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.
- CAPELLINI, S. A. et al. Desempenho em consciência fonológica, memória operacional, leitura e escrita na dislexia familiar. *Pró-Fono*, v. 19, n. 4, p. 374-80, 2007.
- CARVALHAIS, L. S. A.; SILVA, C. Consequências sociais e emocionais da dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, n. 1, p. 21-29, 2007.
- CIASCA, S.; RODRIGUES, S. D.; SALGADO-AZONI, C. A. *Transtornos de aprendizagem: neurociência e interdisciplinaridade*. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2015.
- MANGAS, C. F.; SANCHÉS, J. L. R. A dislexia no ensino superior: características, consequências e estratégias de intervenção. *Revista Ibero-americana de Educação*. n.º 53, 2010.
- MARTINS, L. M. S. M. *Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de estudantes cegos*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2016.
- MEDEIROS, E. C. M. R. *Discentes com dislexia na universidade: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa em Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2016.
- MELO, F. R. L. V. de. Mapeando, conhecendo e identificando ações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte diante do ingresso do estudante com deficiência. In: MARTINS, L.A.R. et al. (Org.). *Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos*. Natal: EDUFRN, 2009. p. 240.
- _____. (Coord.). *Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: promovendo ambientes acessíveis*. Brasília, DF, 2006. Projeto institucional aprovado pelo Edital nº 8 do Programa Incluir, MEC/SESU/SEESP, 2006.
- _____. (Coord.). *Núcleo de Apoio e Orientação ao Acesso e Permanência a Estudantes com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Brasília, DF, 2008. Projeto institucional aprovado pelo Edital nº 4 do Programa Incluir, MEC/SESU/SEESP, 2008.
- _____. (Coord.). *Estruturação e fortalecimento de ações voltadas para o ensino de estudantes com deficiência visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Brasília, DF, 2010. Projeto institucional aprovado pelo Edital nº 4 do Programa Incluir, MEC/SESU/ SECADI, 2010.
- _____. (Org.). *Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades educacionais especiais*. Natal: EDUFRN, 2013.
- _____. O Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: conquistas e desdobramentos institucionais. In: Mendes, M. E.; Almeida, M. A. (Org.). *Educação Especial Inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras*. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2015. p. 273-285.
- MEDEIROS, E. C. M. R.; SALGADO-AZONI, C. A.; MELO, F. R. L. V. A vida escolar de um adulto com dislexia: desafios na universidade. Um estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil. In: MARQUES, J. F.; MARTINS, M. H. (Org.). *Univers(al)idade: Estudantes “não tradicionais” no Ensino Superior: transições, obstáculos e conquistas*. Faro-Portugal: Universidade do Algarve, 2016. p. 66-75.
- MEDEIROS, E. C. de M. R.; SALGADO-AZONI, C. A.; MELO, F. R. L. V. de. Dislexia: saberes e práticas educativas necessárias à inclusão do estudante universitário. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, 7., 2016, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- MEDEIROS, E. C. de M. R.; SALGADO-AZONI, C. A.; MELO, F. R. L. V. de. A importância do acompanhamento pedagógico e interdisciplinar para o sucesso do estudante com dislexia. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO – ENAPPE, 2., 2016, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- MOOJEN, S.; BASSÔA, A.; GONÇALVES, H. A. Características da dislexia de desenvolvimento e sua manifestação na idade adulta. *Revista Psicopedagogia*, v. 33, p. 50-59, 2016.
- PERES, M. S.; BALEN, S. A. Do acesso à acessibilidade aos conteúdos: algumas reflexões sobre a dislexia no âmbito universitário. In: MELO, F. R. L. V. de (Org.). *Inclusão no ensino superior: docência e NEE*. Natal: EDUFRN, 2013. p. 265-283.

PETERSON, R. L.; PENNINGTON, B. Developmental Dyslexia. *Annual Review of Clinical Psychology*, v.11, p. 283- 307, 2015. DOI:10.1016/S0140-6736(12)60198-6.

PRADO, D. *et al.* Dislexia e distúrbio de aprendizagem: histórico familiar. *Distúrbios da Comunicação*, v.24, n.1, p.77-84, 2012.

SHAYWITZ, S. E. *et al.* Persistence of dyslexia: The connecticut longitudinal study at adolescence. *Pediatrics*, v.104, n.6, p. 1351–1359, 1999. DOI:10.1542/peds.104.6.135.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Portaria nº 203/10-R, de 15 de março de 2010. Institui comissão permanente denominada Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, vinculada ao Gabinete do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010b.

_____. Resolução 193/2010-CONSEPE, de 21 de setembro de 2010. Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010c.

_____. Resolução n. 171/2013-CONSEPE, de 5 de novembro de 2013. Aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

_____. Resolução n. 054/2014-CONSEPE, de 11 de março de 2014. Estabelece normas sobre a política institucional de informação do Repositório de Informação Acessível (RIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2014a.

_____. Resolução n. 163/2014-CONSEPE, de 19 de agosto de 2014. Dispõe sobre a concessão de Bolsa Acessibilidade para Estudantes com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014 b.